

JORNAL DA TARDE

Assemb. **Constituinte** - Geral

Desfeito o equívoco: anteprojeto elaborado pelos notáveis não será arquivado e deve ser entregue ao futuro Congresso.

20 SET 1986

Na quinta-feira à noite, do Palácio da Alvorada, o presidente José Sarney deu dois telefonemas tensos, quase amargurados. Um a mestre Afonso Arinos, outro ao ministro Paulo Brossard. Conseguir, assim, desfazer equívoco de sérias proporções, daqueles que se não fossem desfeitos o teriam conduzido à galeria dos maus políticos e dos governantes grosseiros.

Ao presidente da já então desfeita comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Sarney desmentiu versão decorrente de informações dadas pelo seu secretário de Imprensa, àquela hora divulgada pelo rádio e pela televisão. Fernando César Mesquita disse que o governo arquivaria o trabalho elaborado pelos notáveis, pois o presidente discordava de muitos aspectos dele. Suas declarações criaram mal-estar entre os membros da Comissão Provisória e a família de Afonso Arinos, pouco antes elogiado e homenageado pelo próprio Sarney com o grau máximo da Ordem Nacional do Mérito. O presidente esclare-

ceu ao ex-chanceler haver comentado com seu porta-voz que o governo não enviaria o trabalho ao atual Congresso, agora, pois este nada tem a ver com a Assembleia Nacional Constituinte, ainda não composta. E para não dar a impressão de interferência, só pretende enviar o texto recebido diante de uma natural e futura solicitação de algum de seus integrantes. Trata-se de cautela necessária, como explicou. Não deseja antecipar-se e quer demonstrar que o Executivo reconhece a plena soberania dos constituintes, sem atropelá-los ou condicioná-los. Não tido tinha tempo, ainda, de examinar e de meditar sobre as propostas da Comissão Provisória, a ele entregues na solenidade realizada à tarde. Apressava-se para repor as coisas em seus devidos lugares tendo em vista as versões divulgadas nos noticiosos do começo da noite, que davam a impressão dele ter repellido e até mandado arquivar definitivamente o texto, por sinal encomendado pelo Executivo como subsídio à futura Assembleia Nacional Constituinte.

Arinos aceitou as explicações do presidente, disse-lhe jamais haver imaginado coisa diferente e deu o episódio por encerrado.

O segundo telefonema de Sarney foi a Paulo Brossard, para que aproveitasse a oportunidade do comparecimento a um programa de televisão, naquela noite, desfazendo publicamente o equívoco. O ministro da Justiça cumpriu a recomendação e discorreu sobre a posição do governo. Enfatizou a importância do trabalho dos notáveis e informou que o governo irá apreciá-lo, colocando-o em debate junto a diversos órgãos representativos da sociedade. Quando a assembleia nacional Constituinte se reunir, todo o material estará à disposição dela. De um grupo de 50 juristas e representantes de diversos segmentos sociais saiu uma proposta que nem mesmo a totalidade dos notáveis aprova por inteiro. Todos assinaram o texto, por uma questão de homogeneidade, importando que mais se discuta e mais se debata a questão, a ser decidida como bem entenderem os

constituintes. Eles poderão acatar as sugestões ou desprezá-las, e ninguém se sentirá ofendido. O governo faz a sua parte ao promover subsídios, como diz o decreto que criou a Comissão Provisória, "para futura colaboração aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte".

Ontem, estavam todos satisfeitos, mas até que se tivesse conhecimento das providências de Sarney, a temperatura andou alta, em Brasília. Não apenas a família de mestre Afonso Arinos reagiu à interpretação das informações do porta-voz do Palácio do Planalto. Muitos notáveis irritaram-se, considerando o que poderia ter sido uma grosseria do governo para com a comissão por ele mesmo criada. Estavam dispostos a divulgar nota oficial de protesto. O ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra, mesmo sem fazer parte do grupo, dispôs-se a uma vez eleito para a Constituinte, pedir a palavra e solicitar do Palácio do Planalto o encaminhamento imediato da proposta — hipótese, aliás, que continua de pé.

Carlos Chagas

Planos e apelos para que a Constituinte funcione

O presidente do PDS, senador Amaral Peixoto, defendeu ontem, em Brasília, um entendimento entre líderes de todos os partidos com representação na Câmara e no Senado para viabilizar o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte no próximo ano.

Dizendo não ser possível fazer nada agora, o senador afirmou que, logo depois das eleições de 15 de novembro, apelará aos "homens de bom senso" de todas as agremiações políticas para que a Assembleia Nacional Constituinte possa funcionar. "Os melhores elementos de todos

os partidos devem se unir para dar sentido à Constituinte, para que não haja o caos", disse Amaral Peixoto.

Já o ex-líder do PDS, senador Aloísio Chaves, acha que, só depois da instalação da Assembleia Constituinte, deverá ser votado o regimento interno definindo como ela funcionará, em que prazo, quem será seu presidente e como ele será eleito. Chaves, porém, declarou-se convencido de que "a orientação da Constituição, a ser elaborada em 1987, será democrática, estruturando uma sociedade aberta,

livre, pluralista e baseada na justiça social".

Sugestão

O deputado Airton Soares, do PMDB de São Paulo, sugeriu ontem, na Câmara, que a Comissão dos Notáveis, presidida pelo professor Afonso Arinos, funcione no futuro como assessora da Assembleia Nacional Constituinte. Para Airton, a comissão poderia transformar-se num órgão de consulta: sempre que houvesse dúvidas ou divergências seria solicitado o parecer dos notáveis, cabendo aos constituintes, como representantes do povo, a decisão final.

Abusos

As igrejas deveriam denunciar os abusos da atual campanha eleitoral, sobretudo a compra de votos, num esforço para garantir a eleição de representantes identificados com as aspirações populares, pois o Congresso Constituinte é uma etapa importante no processo de construção de uma nova sociedade. Isso é o que defende a "Declaração do Rio de Janeiro", distribuída pelo Conselho de Igrejas Cristãs do Brasil e assinada pelo bispo Sady Machado da Silva, pelo frei Félix Beefjes e pelo pastor José Bittencourt Filho.